

**MUNICIPIO DE NITEROI**

RUA VISCONDE DE SEPETIBA, 987, 987, 6º ANDAR
NITEROI - RJ
21 26200403 - CNPJ : 28.521.748/0001-59
prefeitura@niteroi.rj.gov.br
www.niteroi.rj.gov.br

PROCNIT
Processo: 030/0010202/2021
Fls: 64

PROCESSO Nº 030013236/2018
IMPRESSÃO DE DESPACHO
Data: 21/02/2019
Hora: 10:13
Usuário: SERGIO DALIA BARBOSA
Público: Sim

56
Fernanda Martins
Matrícula 043-0

Processo : 030013236/2018

Data : 21/06/2018

Tipo : REVISAO DE LANÇAMENTO

Requerente : FCTR - COORD. DE TRIBUTACAO

Observação : C.I. 240 - INSCRIÇÃO: 31948-3.

Titular do Processo : SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SMF

Hora : 09:31

Atendente : ANA BEATRIZ DA SILVA DUARTE

Despacho : Proc. 030/013236/2018 – Magneplan Engenharia Ltda – IPTU – Impugnação Lançamento Complementar 2013-2018 (Rec. Voluntário).

Sr. Presidente.

Cuida-se de Recurso Voluntário, tempestivo (fls. 50-54) contra decisão da Coordenadoria de Estudos e Análise Tributária (fl. 47), que indeferiu, de plano, a petição oferecida “por ser manifestamente inepta”, com fundamento no parecer FCEA de fls. 44-46, e art. 9º., par. 1º., do Dec. 10.487/2019.

De fl. 20, a petição dada como inepta que, em suas razões, pugna pela revisão dos cálculos do novo lançamento, mediante arguição única referente ao valor venal do imóvel estabelecido pela exação, que reputa superavaliado devido “à realidade atual de todo o Brasil”, e também de sua localização em área desvalorizada, juntando em reforço disto 2 laudos de avaliação subscritos por corretores de imóveis com inscrição CRECI.

De fl. 44-46 o parecer FCEA que fundamenta a decisão o qual, relatando os fatos, conclui pela não admissão da peça impugnatória em seus termos, por lhe faltarem os requisitos da pretensão e seus fundamentos, como postos pelo art. 9º., IV, e par. 1º., do Dec. 10.487/2009.

De fl. 47 a decisão recorrida que, acolhendo o referido parecer FCEA, de fls. 44-46, termina por indeferir de plano a petição, por manifesta inépcia.

Nesta Instância, o presente Recurso, de fls. 51-54 que, insurgindo-se contra a decisão, alega que sua petição inicial procurou demonstrar que o valor venal do imóvel estaria superestimado em face de sua localização, sem contestar os fatos específicos que influíram no novo lançamento com área do imóvel e sua transformação de classe.

É o relatório.

Como se nota, constitui comando da decisão a declaração, de plano, de inépcia da petição inicial, por não conter a mesma a pretensão do postulante e seus fundamentos, na forma como exigido no inciso IV do art. 9º., do Dec. 10.487/2009. Em justificativa, o fato de que “o impugnante não contestou os fatos que fundamentaram o lançamento complementar”, limitando-se somente alegar que o valor venal do imóvel foi elevado, sem especificamente refutar as alterações apuradas que culminaram no crédito tributário lançado.

Consoante se verifica da notificação de fl. 18, motivou o lançamento as correções cadastrais relativas ao uso (de residencial para serviços), a área edificada (de 290 para 335m2), revestimento externo (de emboço/reboco para pintura a óleo); piso (de taco/madeira para material cerâmico, e instalações sanitárias, de duas para mais três.

Por seu turno, em petição mínima, de fl. 20, manifesta-se a Contribuinte contrariamente ao valor venal alcançado pelo lançamento sem, de fato, opor-se especificamente aos elementos cadastrais corrigidos que, em última instância, alteraram substancialmente a base de cálculo do imposto, com efeito retroativo à 2013.

Com efeito, e comumente, diz-se inepta a coisa que não tem habilidade ou aptidão para produzir qualquer efeito. No âmbito processual, as petições são consideradas ineptas quando lhe faltam os requisitos legais exigidos que, no caso presente, são os elencados pelo art. 9º. do Dec. 10.487/2009, entre os quais se destaca o inciso IV concernente à “pretensão e seus fundamentos”, apontado como ausente pelo fundamento da decisão (parecer FCEA fls. 44-46). Desenvolvendo sua análise, afirma o parecer FCEA que a petição não contém os fundamentos da impugnação ao lançamento, por só pretender discutir a base de cálculo do imposto ou valor venal do imóvel, abstendo-se de enfrentar os fatos que efetivamente deram ensejo ao crédito tributário relativos aos elementos cadastrais apurados. Dizendo mais, informa que deveria o impugnante ter ingressado com processo próprio com vista à revisão tão somente da base de cálculo, na forma como disposto no art. 12 do CTMN e nos arts. 129 e sgts. da Lei 3.368/2018 que regulamentou o novo PAT.

De fato, não aborda especificamente a impugnação em suas linhas mínimas ponto por ponto os fatores da alteração cadastral ocorrida, para somente questionar o valor venal do imóvel alterado para mais que, em última análise, constitui elemento final do



MUNICIPIO DE NITEROI

RUA VISCONDE DE SEPETIBA, 987, 987, 6º ANDAR
NITEROI - RJ
21 26200403 - CNPJ : 28.521.748/0001-59
prefeitura@niteroi.rj.gov.br
www.niteroi.rj.gov.br

PROCESSO Nº 030013236/2018
IMPRESSÃO DE DESPACHO
Data: 21/02/2019
Hora: 10:13
Usuário: SERGIO DALIA BARBOSA
Público: Sim

PROCNIT
Processo: 030/0010202/2021
Fls: 65

57

Fernanda dos Santos Martins
Matrícula 24043-0

lançamento do IPTU em consequência das alterações inseridas nas fórmulas de cálculo do imposto. Sendo assim, é visível que a impugnante deseja contestar o lançamento em sua expressão de valor, sendo, portanto, perfeitamente compreensível sua pretensão acompanhada de fundamento, no caso, laudos de avaliação que dão visão do valor apurado na região de localização do imóvel.

De fl. 47 a decisão que, como já relatado, indeferiu de plano a petição inicial por manifestamente inepta, com base no parecer FCEA de fls. 44-46.

Às fls. 50-54 o presente Recurso Voluntário, tempestivo, pugna pela aceitação da peça impugnatória porque fundamentada com os laudos de avaliação anexados, reiterando, no mais, as razões antes expendidas em sede de 1ª. Instância.

É o relatório.

Com efeito, sobe a este Conselho tão-somente o teor da decisão concernente à questão da inépcia da petição inicial oferecida, cujo fundamento, acolhendo parecer da FCEA, sustenta faltar à mesma os requisitos necessários da pretensão e seus fundamentos, como postos pelo inciso I, art. 9º., do Dec. 10.487/2009.

Compulsando-se a peça inicial, verifica-se que, realmente, foi a mesma elaborada de forma mínima e desprovida de qualquer técnica formal como exigida no regulamento referido. Indo mais além, faltam igualmente ao requerimento os requisitos do nome completo do requerente (inciso I); número da inscrição fiscal (inciso II e endereço (inciso III), embora a identificação da Recorrente esteja presente nos autos.

Inobstante, ainda que formalmente prejudicada em seu estado como claramente se nota, pode-se afirmar, salvo engano, que, mediante leitura simples da petição em questão, resta visível que a Impugnante deseja contestar o lançamento em sua expressão de valor consequente às alterações cadastrais havidas com arguição e prova (laudos) da localização do imóvel em área desvalorizada da cidade, podendo-se vislumbrar com isto no processo sua pretensão e respectivo fundamento como legalmente exigido.

Relativamente a seu trâmite, deve o presente Recurso seguir curso neste Conselho na forma do par. 1º. do art. 9º., da Lei 3368/2018, por envolver alteração do valor venal em decorrência da revisão de seus elementos cadastrais.

Posto assim, é o parecer para recomendar o provimento do presente Recurso, no sentido da remessa do feito, em prosseguimento, ao órgão julgador de 1ª. Instância para apreciação de mérito.

É o parecer. "Sub censura".

Em 21 de Fevereiro 2019.

Sérgio Dália Barbosa
Rep. da Fazenda



MUNICÍPIO DE NITERÓI

RUA VISCONDE DE SEPETIBA, 987, 987, 6º ANDAR
NITERÓI - RJ
21 26200403 - CNPJ : 28.521.748/0001-59
prefeitura@niteroi.rj.gov.br
www.niteroi.rj.gov.br

PROCESSO Nº 030013236/2018
IMPRESSÃO DE DESPACHO
Data: 22/02/2019
Hora: 10:11
Usuário: NILCEIA DE SOUZA DUARTE
Público: Sim

Fernanda dos Santos Martins
Matrícula: 411.137

Processo : 030013236/2018

Data : 21/06/2018

Tipo : REVISAO DE LANÇAMENTO

Requerente : FCTR - COORD. DE TRIBUTACAO

Observação : C.I. 240 - INSCRIÇÃO: 31948-3.

Titular do Processo : SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SMF

Hora : 09:31

Atendente : ANA BEATRIZ DA SILVA DUARTE

Despacho : Ao Conselheiro, Sr. Roberto Pedreira Ferreira Curi para relatar.

FCCN, em 22 de fevereiro de 2019.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO
MUNICÍPIO DE NITERÓI
PRESIDENTE



RECURSO: - 030/013236/2018
"MAGNEPLAN ENGENHARIA LTDA"
RECURSO VOLUNTÁRIO
MATERIA: - REVISÃO DE LANÇAMENTO DE IPTU

Senhor Presidente, e demais Conselheiros,

Trata-se de Recurso Voluntário, tempestivo, contra decisão do Coordenador de Estudos e Análises Tributária que indeferiu a petição oferecida "por ser manifestamente inepta", com fundamento no parecer FCEA e no art. 9º, parágrafo 1º do Decreto nº. 10487/09.

A decisão dada como inepta, questiona a revisão dos cálculos do novo lançamento referente ao valor venal do imóvel, estabelecido pela cobrança que reputa supervalorizado, devido a realidade e também a sua localização em área desvalorizada, juntando para isto dois (02) laudos de avaliação elaborados por corretores de imóveis.

Com efeito, sobe a este Conselho tão somente o teor da decisão referente a questão da inépcia da petição inicial oferecida, cujo fundamento, acolhendo parecer do FCEA, sustenta a falta dos requisitos necessários da pretensão e seus fundamentos como postos pelo inciso IV, do art. 9º do Decreto nº 10487/09.

Ainda que formalmente prejudicada pode-se afirmar que uma simples leitura da petição em questão, demonstra que a Impugnante deseja contestar o lançamento em sua expressão de valor, conseqüente as alterações cadastrais havidas com arguição e prova (laudo de avaliação), da localização do imóvel em área desvalorizada da cidade, podendo-se verificar com isto no processo sua pretensão e respectivo fundamento como legalmente exigida .

030013036/2018

60

Assim sendo, deve o presente seguir curso neste Conselho na forma do parágrafo 1º do artigo 9º da Lei nº 3368/2018, por envolver alteração do valor venal em decorrência da revisão de seus elementos cadastrais.

Desta forma, voto pelo provimento do presente Recurso, no sentido da remessa do mesmo ao órgão julgados de Primeira Instância para apreciação do mérito.

Este assim o meu voto.

FCCN, em 19 de março de 2019.


ROBERTO PEDREIRA FERREIRA CURI
CONSELHEIRO/RELATOR



SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

PROCESSO	DATA	RUBRICA	FOLHAS
030/013236/18	21/06/2018		61

Ao

Conselheiro, Dr. Eduardo Sobral Tavares para preparar voto divergente, vencedor por seis (06) votos contra dois (02) na Sessão nº 1109º, realizada no dia 19 de março do corrente, com observância nos prazos estipulado no Regimento Interno deste Conselho – Capítulo VIII – DOS CONSELHEIROS – Art. 23 n.ºs. VI e VII.

FCCN, em 19/03/2019

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO
MUNICÍPIO DE NITERÓI
PRESIDENTE



Processo:	030/0013263/2018
Data:	19/03/2019
Folha:	62
Rubrica:	M. A. Souza Duarte MA 29-514-8

EMENTA: IPTU – Recurso voluntário – Erro no procedimento – Petição inicial que deve ser recebida como pedido de revisão de valor venal – Art. 129 e seguintes do PAT – A autoridade competente deve conferir prazo para que sejam sanadas irregularidades – Art. 6º, §2º da Lei Municipal nº 3.048/13 e art. 11, §2º do PAT – Provimento do recurso para anular a decisão de primeira instância e remeter o feito para análise do órgão competente

Exmo. Sr. Presidente e demais membros deste Conselho,

Trata-se de voto divergente ao proferido pelo Ilmo. Conselheiro Relator nos autos do processo em epígrafe, que se refere a Recurso Voluntário interposto por MAGNEPLAN ENGENHARIA LTDA em face da decisão de primeira instância que indeferiu de plano a petição inicial por ser manifestamente inepta.

Compulsando os autos e, em especial, a petição inicial (fls. 20), nota-se que o contribuinte deduz pedido de revisão de valor venal do imóvel situado à Rua Carlos Maximiano, nº 67, Fonseca, Niterói, inscrito sob o nº 031948-3.

É o que se extrai do seguinte trecho:

“A presente solicitação de revisão prende-se a um fato muito atual, dentro da realidade não só de Niterói, como de todo o Brasil, qual seja, a desvalorização dos imóveis, sejam prediais como comerciais. Neste último caso, referente ao aumento do valor venal elevado em condições não reais, está absolutamente fora do mercado imobiliário (...) São razões suficientes para quem sejam revistos os valores consignados pela ação fiscal, solicitando-se assim, que sejam revistos os cálculos, atentando-se para sua localização”.



Processo:	030/0013263/2018
Data:	19/03/2019
Folha:	63
Rubrica:	<i>[Signature]</i> Módulo de Sistema Duarte Nº 226.514-9

Portanto, a hipótese deve seguir o procedimento contido no art. 129 e seguintes do PAT, cabendo ao Coordenador de Tributação, nos termos do art. 132 do PAT c/c art. 8º da Resolução SMF nº 31/2018, apreciar o pedido deduzido pelo contribuinte:

Art. 132. Compete à autoridade responsável pela administração do tributo decidir sobre o pedido de revisão do valor indicado para a base de cálculo do imposto.

Art. 8º. Caberá ao Coordenador de Tributação:

- I – apreciar, privativamente, solicitação de revisão do valor venal de imóvel para fim de cálculo do IPTU, nos termos do Capítulo V da Lei nº 3.368/18; e
- II – apreciar, privativamente, solicitação de revisão de elementos cadastrais do imóvel, nos termos do Capítulo VI da Lei nº 3.368/18.

Por fim, ainda que se tratasse de impugnação ao lançamento, deveria ter sido conferido ao contribuinte prazo para suprimento da falta, nos termos do art. 6º, §2º da Lei Municipal nº 3.048/13, o que não foi feito:

Art. 6º O requerimento inicial do interessado deve ser formulado por escrito e conter os seguintes elementos essenciais:

- I - entidade, órgão ou autoridade administrativa a que se dirige;
- II - identificação do requerente ou de quem o represente;
- III - domicílio do requerente ou local para recebimento de comunicações;
- IV - formulação do pedido, da comunicação, o u da proposição, com exposição dos fatos e de seus fundamentos;
- V - data e assinatura do requerente ou de seu representante.



Processo:	030/0013263/2018
Data:	19/03/2019
Folha:	64
Rubrica:	Handwritten signature and text: "Handwritten signature and text: 220.514-8"

VI - declaração sobre a existência de pedido administrativo e ou ação judicial com o mesmo objeto, incorrendo nas penalidades cabíveis o requerente que omitir ou prestar informação falsa.

§ 1º É vedada à Administração a recusa imotivada de recebimento de petições ou documentos, devendo o servidor orientar o interessado quanto ao suprimento de eventuais falhas.

§ 2º Constatada a ausência de algum dos elementos essenciais do requerimento pela autoridade competente para o julgamento ou para a instrução, será determinado o suprimento da falta pelo requerente, concedendo-se, para tanto, prazo não inferior a 24 (vinte e quatro) horas úteis nem superior a 10 (dez) dias úteis, a contar da correspondente comunicação, sob pena de arquivamento, salvo se a continuação do feito for de interesse público.

Com efeito, ainda que não vigente ao tempo da interposição da impugnação, o art. 11, §2º do PAT dispõe no mesmo sentido:

Art. 11. A petição será indeferida de plano se manifestamente inepta ou quando a parte for ilegítima, vedado a qualquer servidor recusar o seu recebimento.

§1º A petição será considerada manifestamente inepta quando:

- I – não houver pedido ou causa de pedir;
- II – a conclusão não decorrer logicamente da narração dos fatos;
- III – o pedido for juridicamente impossível;
- IV – cumular pedidos incompatíveis entre si; ou
- V – apenas demonstrar inconformismo em relação ao ato ou decisão, sem atacar os fundamentos que se pretende contestar.

§ 2º Constatado que a petição não preenche os requisitos deste artigo, a autoridade competente para o julgamento ou para a instrução determinará ao requerente o suprimento da falta, concedendo-se, para



Processo: 030/0013263/2018	
Data: 19/03/2019	
Folha: 65	
Rubrica: [assinatura]	

tanto, prazo não inferior a 3 (três) dias nem superior a 10 (dez) dias, a contar da correspondente comunicação, sob pena de extinção e arquivamento do processo.

Em outras palavras, caberia à autoridade competente para a instrução determinar que o contribuinte alterasse a petição inicial, a fim de indicar, com clareza, a pretensão e os seus fundamentos. Tal procedimento, contudo, não foi feito ao arrepio do que prescreve a legislação municipal.

Ante o exposto, voto pelo conhecimento e provimento do Recurso Voluntário, a fim de anular *ab initio* o procedimento, determinando-se a sua remessa ao órgão competente, para que analise a petição inicial como pedido de revisão do valor venal do imóvel.

Niterói, 19 de março de 2019.


EDUARDO SOBRAL TAVARES
CONSELHEIRO

66
Nírcia de Souza Duarte
Mat. 229.514-8



PREFEITURA DE NITERÓI

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

PROCESSO Nº.030/013236/18

DATA: - 19/03/2019

CERTIFICO, em cumprimento ao artigo 38, VIII, do Regimento Interno deste Conselho, aprovado pelo Decreto nº. 9735/05;

1108º SESSÃO HORA: - 12:00

DATA: 19/03/2019

PRESIDENTE: - Paulo Cesar Soares Gomes

CONSELHEIROS PRESENTES

1. Carlos Mauro Naylor
2. Alcídio Haydt Souza
3. Celio de Moraes Marques
4. Eduardo Sobral Tavares
5. Amauri Luiz de Azevedo
6. Manoel Alves Junior
7. Paulino Gonçalves Moreira Leite Filho
8. Roberto Pedreira Ferreira Curi

VOTOS VENCEDORES - Os dos Membros sob o nºs. (01,02,03,04,05,07,)

VOTOS VENCIDOS: - Dos Membros sob o nºs. (06,08)

DIVERGENTES: - Os dos Membros sob os nºs. (X)

ABSTENÇÃO: - Os dos Membros sob os nº.s (X)

VOTO DE DESEMPATE: - SIM () NÃO (X)

RELATOR DO ACÓRDÃO: - Dr. Eduardo Sobral Tavares

FCCN, em 19 de março de 2019

Nírcia de Souza Duarte
Mat. 229.514-8

67
Nilton de Souza Dias
Mat. 220.514-8



SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUINTES

ATA DA 1108ª Sessão Ordinária

DATA: - 19/03/2019

DECISÕES PROFERIDAS

Processo 030/013236/2018 – MAGNEPLAN ENGENHARIA LTDA

RECORRENTE: - Magneplan Engenharia Ltda
RECORRIDO: Fazenda Publica Municipal
RELATOR: - Sr. Roberto Pedreira Ferreira Curi
REVISOR: - Dr. Eduardo Sobral Tavares

DECISÃO: - Por sete (07) votos, contra dois (02) a decisão foi no sentido de anular todo o processo, inclusive a decisão de primeira instância, devolvendo o processo ao órgão de origem, conforme dispõe os arts. 129 a 134 da Lei nº 3368/2018, nos termos do voto apresentado pelo Revisor, Dr. Eduardo Sobral Tavares.

EMENTA APROVADA
ACÓRDÃO Nº 2352/2019

"IPTU – RECURSO VOLUNTÁRIO – ERRO NO PROCEDIMENTO – PETIÇÃO INICIAL QUE DEVE SER RECEBIDA COMO PEDIDO DE REVISÃO DE VALOR VENAL – ART. 129 E SEQUINTE DO PAT – A AUTORIDADE COMPETENTE DEVE CONFERIR PRAZO PARA QUE SEJAM SANADAS IRREGULARIDADES – ART. 6º, § 2º DA LEI MUNICIPAL Nº 3048/13 E ART. 11, § 2º DO PAT – PROVIMENTO DO RECURSO PARA ANULAR A DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA E REMETER O FEITO PARA ANÁLISE DO ÓRGÃO COMPETENTE."

FCCN em 19 de março de 2019

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO
MUNICÍPIO DE NITERÓI
PRESIDENTE

Wilton de Souza Queiroz
Mat. 226.514-8



RECURSO: - 030/013236/2018
"MAGNEPLAN ENGENHARIA LTDA"
RECURSO VOLUNTÁRIO
MATERIA: IPTU – MATRICULA 031.948-3

Senhor Secretário,

A conclusão deste Colegiado por seis votos, contra dois (02) foi no sentido de anular todo o processo, inclusive a decisão de primeira instância, devolvendo o processo ao órgão de origem, conforme dispõe os arts. 129 a 134 da Lei nº 3368/2018, nos termos do voto divergente, apresentado pelo Conselheiro, Dr. Eduardo Sobral Tavares.

Face ao exposto, submetemos a apreciação de Vossa Senhoria, nos termos do art. 86, inciso II da Lei nº 3368/2018.

FCCN, em 19 de março de 2019.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO
MUNICÍPIO DE NITERÓI
PRESIDENTE

**MUNICÍPIO DE NITERÓI**

RUA VISCONDE DE SEPETIBA, 987, 987, 6º ANDAR
NITERÓI - RJ
21 26200403 - CNPJ : 28.521.748/0001-59
prefeitura@niteroi.rj.gov.br
www.niteroi.rj.gov.br

PROCESSO Nº 030013236/2018
IMPRESSÃO DE DESPACHO
Data: 29/03/2019
Hora: 13:51
Usuário: NILCEIA DE SOUZA DUARTE
Público: Sim

Nilceia de Souza Duarte
Mat. 26.514-8

Processo : 030013236/2018
Data : 21/06/2018
Tipo : REVISAO DE LANÇAMENTO
Requerente : FCTR - COORD. DE TRIBUTACAO
Observação : C.I. 240 - INSCRIÇÃO: 31948-3.

Titular do Processo : SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SMF
Hora : 09:31
Atendente : ANA BEATRIZ DA SILVA DUARTE

Despacho : Ao

FCAD,

Senhora Coordenadora,

Face o disposto no art. 20, nº. XXX e art. 107 do Decreto nº. 9735/05 (Regimento Interno do Conselho de Contribuintes) solicito a publicação em Diário Oficial do Acórdão abaixo:

"Acórdão nº2352: - IPTU- RECURSO VOLUNTÁRIO - ERRO NO PROCEDIMENTO - PETIÇÃO INICIAL QUE DEVE SER RECEBIDA COMO PEDIDO DE REVISÃO DE VALOR VENAL - ART. 129 E SEGUINTE DO PAT - A AUTORIDADE COMPETENTE DEVE CONFERIR PRAZO PARA QUE SEJAM SANADAS IRREGULARIDADES - ART. 6º, § 2º DA LEI MUNICIPAL Nº. 3049/13 E ART. 11 § 2º DO PAT - PROVIMENTO DO RECURSO PARA ANULAR A DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA E REMETER O FEITO PARA ANÁLISE DO ÓRGÃO COMPETENTE."

FCCN, em 19 de março de 2019

Nilceia de Souza Duarte
Mat. 26.514-8

Ao FCCN,

Publicado D.O. de 18/04/19
em 18/04/19

FCAD *MCHSFarias*

Maria Lucia H. S. Farias
Matricula 239.121-0

DIÁRIO OFICIAL

70

030/013236/18

QUINTA-FEIRA, 18 DE ABRIL DE 2019



PREFEITURA

NITERÓI

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
Despacho do Prefeito

Processo nº180/183/19- Autorizo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORT. Nº 176/2019 - PRORROGA por mais 30 (trinta) dias, excepcionalmente, o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pela Portaria nº 083/2018 - Processo nº 020/000712/2018

PORT. Nº 178/2019 - PRORROGA por mais 30 (trinta) dias, excepcionalmente, o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pela Portaria nº 066/2017 - Processo nº 020/003760/2015.

PORT. Nº 179/2019 - Lota, a contar de 10/04/2019, **Ronaldo Correa de Mello**, Agente Administrativo, nível 5, matrícula nº1214.983-4 na Secretaria Municipal de Administração. Referente ao Processo nº40/735/19.

COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

PROCESSO Nº 020/000277/2019- PORTARIA Nº 101/2019

EDITAL DE CITAÇÃO

CITADO (A): RUTH CASTRO, Assistente Administrativo, Matrícula nº 1.229.895-8

ASSUNTO: apresentar defesa por estar supostamente incurso(a) no artigo 195, inciso XIII, da Lei nº 531/85; **PRAZO:** 20 (vinte) dias, a contar da última publicação, que se fará durante 08 (oito) dias, ciente de que a ausência de manifestação implicará **REVELIA** e seus efeitos; **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Artº 241 § 2º e § 4º, c/c com artº 247, todos da Lei nº 531/85; **VISTA DOS AUTOS:** sala da COPAD, Rua Visconde de Sepetiba, nº 987, 5º andar (CAN); **HORÁRIO:** 9:00 horas às 16:30 horas.

Despachos do Secretário

Averbção de Tempo de Serviço- Deferido- 20/1440, 1231/19

Auxílio Transporte- Deferido- 20/1627/19

Salário Família- Deferido- 20/1742, 1743/19

Abono Permanência- Indeferido- 20/1064/19

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Despacho do Presidente do FCCN

030005245/2018 - ASSOCIAÇÃO SOCIEDADE BRASILEIRA DE INSTRUÇÃO

"ACÓRDÃO Nº2350/2019: - MULTA REGULAMENTAR POR NÃO EMISSÃO DE NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA. INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO CUJA IMUNIDADE FOI REGULARMENTE RECONHECIDA PELO MUNICÍPIO. DEVER DE ATENDIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS PELAS PESSOAS IMUNES. RECURSO VOLUNTÁRIO CONHECIDO E NÃO PROVIDO."

030028176/2017 - CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO PRAIA DOS BÚZIOS

"ACÓRDÃO Nº2349/2019: - ISSQN - RECURSO DE OFÍCIO - DECISÃO QUE SE MANTÉM FACE DOCUMENTAÇÃO COMPROBATORIA DO RECOLHIMENTO DO ISS EXIGIDO NA NOTIFICAÇÃO 65731/17. RECURSO DE OFÍCIO CONHECIDO E NÃO PROVIDO."

030013236/2018 - MAGNEPLAN ENGENHARIA LTDA.

"ACÓRDÃO Nº2352 - IPTU - RECURSO VOLUNTÁRIO - ERRO NO PROCEDIMENTO - PETIÇÃO INICIAL QUE DEVE SER RECEBIDA COMO PEDIDO DE REVISÃO DE VALOR VENAL - ART.129 E SEQUINTE DO PAT - A AUTORIDADE COMPETENTE DEVE CONFERIR PRAZO PARA QUE SEJAM SANADAS IRREGULARIDADES - ART.6º § 2º DA LEI MUNICIPAL Nº 3049/13 E ART.11 § 2º DO PAT - PROVIMENTO DO RECURSO PARA ANULAR A DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA E REMETER O FEITO PARA ANÁLISE DO ÓRGÃO COMPETENTE."

030026751/2017 - WILMAR LOPES MEDEIROS

"ACÓRDÃO Nº2354/2019: - IPTU - RECURSO DE OFÍCIO - LANÇAMENTO COMPLEMENTAR - ERRO DE PROCESSAMENTO PELO SISTEMA INFORMATIZADO - DESCONSIDERAÇÃO DO NÚMERO DE UNIDADES DO LOTE - EXCLUSÃO DOS JUROS E MULTA DE MORA - CONTRIBUINTE QUE SE CONFORMA COM A DECISÃO A QUE NÃO APRESENTAR RECURSO VOLUNTÁRIO - DESPROVIMENTO DO RECURSO."

030010273/2017 - CLAUIMIR REPAROS E MONTAGENS INDUSTRIAIS

"ACÓRDÃO Nº2355/2019 - TRIBUTÁRIO - "AUTO" DE INFRAÇÃO REGULAMENTAR - ISS - NOTIFICAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE

FISCALIZAÇÃO APÓS O TÉRMINO DO PRAZO ANTERIOR - VÍCIO FORMAL - NULIDADE DO LANÇAMENTO - CONTAMINAÇÃO DO LANÇAMENTO - INCOMPETÊNCIA DO AUTUANTE PARA EXECUÇÃO DO ATO - PROVIMENTO TOTAL AO RECURSO VOLUNTÁRIO - CANCELAMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO."

030027966/2017 - CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO VITAL PLACE MEDIC

"Acórdão nº 2360/2019 - ISS - Tributário - Recurso de Ofício - Notificação de lançamento - Crédito parcialmente recolhido aos cofres do município - Manutenção do lançamento em relação à competência 07/2015 - Decisão de primeira instância confirmada - Desprovisionamento ao recurso de ofício."

030028136/2017 - CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO NOSSA SENHORA APARECIDA E SENHORA DA CONCEIÇÃO

"Acórdão nº2359/2019: - ISS - Tributário - Recurso de Ofício - Notificação de lançamento - Crédito parcialmente recolhido aos cofres do município - Exclusão da competência relativa ao mês 12/2014 - Manutenção do lançamento em relação à competência 07/2015 - Manutenção da decisão de primeira instância - Desprovisionamento ao recurso de ofício."

M. H. S. Farias
Maria Lucia H. S. Farias
Matrícula 239.121-0

**MUNICIPIO DE NITEROI**

RUA VISCONDE DE SEPETIBA, 987, 987, 6º ANDAR
NITEROI - RJ
21 26200403 - CNPJ : 28.521.748/0001-59
prefeitura@niteroi.rj.gov.br
www.niteroi.rj.gov.br

PROCESSO Nº 030013236/2018
IMPRESSÃO DE DESPACHO
Data: 02/05/2019
Hora: 16:55
Usuário: NILCEIA DE SOUZA DUARTE
Público: Sim

Nilceia de Souza Duarte
Mat. 226.514-6

Processo : 030013236/2018**Data :** 21/06/2018**Tipo :** REVISAO DE LANCAMENTO**Requerente :** FCTR - COORD. DE TRIBUTACAO**Observação :** C.I. 240 - INSCRIÇÃO: 31948-3.**Titular do Processo :** SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SMF**Hora :** 09:31**Atendente :** ANA BEATRIZ DA SILVA DUARTE

Despacho : À
FGAB,

Senhora Secretária,

Tendo em vista decisão do Conselho de Contribuintes, cujo Acórdão nº 2352/2019 foi publicado em Diário Oficial em 18 de abril do corrente exercício, encaminhamos o presente para apreciação de Vossa Senhoria, face ao que dispõe o art. 86, inciso II e III da Lei nº. 3368/2018.

FNPF, em 02 de maio de 2019.

Nilceia de Souza Duarte
Mat. 226.514-6

J.O. DA SECRETARIA,

À FSEU,

Para Análise e Parecer.

NITERÓI, 10/05/2019.

Vatson Cardoso de Souza
Diretora de Administração da SMF
Mat. 241.996-1